

## Constituinte

# Muitos ataques ao projeto do Executivo

A transformação do Congresso a ser eleito em 1986 em Constituinte recebeu ontem pelo menos cinco ataques; quatro do Sul — dos governadores do Paraná, José Richa, de Santa Catarina, Esperidião Amin, e do Rio Grande do Sul, Jair Soares; além do deputado Nelson Marchezan (PDS-RS) — e um do Norte, através de uma carta da Regional Norte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Todos se mostram favoráveis à eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, argumentando que um Congresso Constituinte seria muito vulnerável a pressões, tanto do Executivo quanto dos próprios congressistas e de seus partidos.

24 SET 1985

Esperidião Amin, que participou em Curitiba juntamente com Richa e Soares da reunião do Conselho de Desenvolvimento do Extremo-Sul previu que "um Congresso Constituinte vai decidir a favor do poder e vai resultar numa Constituição altamente pressionada pelo governo". Para o governador catarinense o governo colocou a Constituição "no jogo do poder, ao fazer a opção pelo Congresso Constituinte".

Ao dizer-se contrário ao Congresso Constituinte, o governador gaúcho Jair Soares lembrou que "os Estados têm tido problemas para aprovar projetos porque o Congresso não tem tido tempo e, nestas condições como poderá absorver ainda mais este encargo?"

José Richa, o governador do Paraná, acha que a Constituinte exclusiva "vai refletir com mais isenção o que esperamos de uma democracia duradoura. O Congresso vem com a mesma marca das emoções de uma eleição comum e com a mesma marca partidária; e uma Constituição deveria estar acima disso".

Já o deputado Nelson Marchezan, ex-líder do governo Figueiredo e ex-presidente da Câmara, não só defendeu sua subemenda ao projeto do Executivo convocando a eleição da Constituinte em 1º de junho de 1986, como garantiu que a tese da Constituinte exclusiva vem crescendo junto à opinião pública mais do que no Congresso, onde, segundo ele, encontra resistências da parte de setores que apoiam o governo.

Marchezan considera essen-

cial desvincular a escolha dos constituintes do pleito para deputados, senadores e governadores, pois "a tradição brasileira de ter Congressos Constituintes mostra que não temos produzido Constituições duradouras". Ponderou ainda que o próprio fato de a nova Carta — conforme a proposta do projeto de José Sarney — ser elaborada por deputados e senadores constituintes "levará a uma opção quase compulsória pelo sistema bicameral, o que restringe a própria soberania da Constituinte".

O deputado gaúcho defendeu ainda a realização de um plebiscito para verificar se a população aprovará ou não a nova Carta a ser elaborada pela Constituinte, embora essa determinação não esteja em sua subemenda.

De Belém partiu o ataque da Regional Norte da CNBB, através de carta que está sendo enviada a deputados e senadores na qual a entidade afirma que "surpreendemos a contradição do governo federal. De um lado fala em Nova República, em mudanças e em respeitar os anseios do povo. De outro lado, impõe uma forma de Assembléia Constituinte que vai contra esses anseios. Transformar o Congresso Nacional em Assembléia Constituinte é uma violência aos interesses da Nação, que quer uma Assembléia livre, soberana, representativa".

### Antecipação

Outro deputado gaúcho, Jorge

Uequed (PMDB), também quer a antecipação da eleição da Constituinte, embora não seja contra o Congresso Constituinte. Ele apóia projeto do deputado Pedro Colin (PFL-SC) nesse sentido. Uequed disse concordar com o argumento de Colin de que a separação das eleições dos constituintes e governadores "é benéfica, pois a campanha para o Executivo sempre chama mais a atenção do eleitorado, e dessa forma a Constituinte não teria a ênfase que sua importância requer".

Uequed também disse ter certeza de que a Constituinte implantará o regime parlamentarista no País, "como forma de dar uma estabilidade definitiva às instituições democráticas". Ao contrário dele, porém, o jurista Miguel Seabra Fagundes ponderou, no Rio, que o parlamentarismo deve ser visto como algo a ser concretizado mais adiante, "porque esse regime não prescinde de organização partidária sólida, da qual, presentemente, o Brasil não dispõe. Estamos ainda em fase de grande instabilidade partidária e por isso penso que devemos permanecer no presidencialismo, mas introduzindo a ele algumas inovações oriundas do regime parlamentar". Como exemplo, citou a concessão ao Congresso do poder de destituir ministros, através de dois terços dos seus votos, "o que daria ao presidente uma margem de comportamento limitada".

### Governo

Já no âmbito do governo, o parecer do relator da comissão mista que examina o projeto de convocação da Constituinte, deputado Flávio Bierrenbach, deve ser discutido na reunião de hoje do Conselho Político, com a participação dos líderes em exercício. O líder em exercício do PMDB, deputado Luiz Henrique, adiantou ontem que a tendência majoritária na bancada é pelo aumento do prazo de desincompatibilização para ocupantes de cargos públicos que pretendem candidatar-se às eleições de 86. O prazo de um ano, proposto pelo deputado Manoel Costa, seria reduzido, no entanto, segundo ele, para dez ou nove meses, no mínimo. A questão dos delegados constituintes também será avaliada na reunião.

### Ciclo

Promovido pela Faculdade de Direito de Sorocaba, começa amanhã um ciclo de estudos sobre a Constituinte que, com duração de três dias, reunirá debatedores como os ministros Fernando Lyra e Almir Pazzianotto, Paulo Brossard, Michel Temer e o jornalista Ruy Mesquita, que discorrerá no painel "Presidencialismo ou Parlamentarismo?".